

Estudo Técnico Preliminar 15/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.0057829/2024-09

2. Descrição da necessidade

Descrição da Necessidade.

Este Estudo Técnico Preliminar visa fornecer subsídios para demonstrar a necessidade e as condições técnicas para a contratação do Laudo de Inspeção em Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, legislações pertinentes em vigência e Normas Técnicas.

O AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) é fundamental nas edificações por diversos motivos que dizem respeito à segurança e à prevenção de incêndios. Primeiramente, o AVCB atesta que a edificação está em conformidade com as normas de segurança contra incêndio estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, garantindo que medidas preventivas foram implementadas para proteger vidas e patrimônio em caso de emergência.

Além disso, o AVCB é exigido por órgãos governamentais, seguradoras e outros organismos reguladores como condição para obtenção de licenças, autorizações e seguro contra incêndio. Sem o AVCB válido, a edificação pode estar sujeita a multas, interdições e até mesmo ações judiciais em caso de incidentes.

O AVCB é necessário para garantir a segurança das pessoas e do patrimônio, cumprir obrigações legais e regulamentares, e manter a regularidade das operações comerciais e institucionais.

A contratação do Laudo de Inspeção em Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio é essencial para garantir a conformidade do sistema com as normas e regulamentos vigentes. Uma vez que o laudo seja concluído e as adequações e reparos necessários sejam identificados, será crucial contratar uma empresa qualificada para realizar as correções exigidas. Somente após a conclusão dessas medidas corretivas poderemos avançar com o pedido de vistoria pelo Corpo de Bombeiros, visando a renovação do AVCB.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo Regional de Engenharia e Manutenção VI - Coordenadoria de Saúde do Sistema Punitenciário (CSSP)	Eleine Aparecida Cazarini Neme - Engenheiro II

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Objetivando a contratação para a realização de Laudo técnico de Inspeção em Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio alguns requisitos são necessários, conforme abaixo indicado, visando atender ao determinado na Lei Federal 14133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A Contratada deverá executar a obra e serviço conforme preconiza as legislações, normas, instruções vigentes e ante orientação da Contratante e Fiscalização.

Os ensaios de funcionamento devem ser conduzidos conforme as normas técnicas aplicáveis para a emissão do certificado, definidas pelo Corpo de Bombeiros do estado de São Paulo, seguindo as diretrizes nacionais estabelecidas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

O Laudo técnico deverá ser elaborado por um profissional habilitado, e os serviços devem ser supervisionados por um engenheiro ou arquiteto devidamente qualificado, com formação adequada e a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrada junto ao conselho de classe (CREA-SP ou CAU-SP).

Os participantes devem atender as exigências de qualificação técnica conforme indicação da área do edifício e de qualificação econômico-financeira com indicação de profissionais habilitados nos Conselhos Regionais e mediante apresentação de Atestados de Responsabilidade Técnica por execução de Laudo Técnico e serviço para fins de contratação, assim como apresentação de certidões ou atestados regularmente registrados.

Quanto a subcontratação para este objeto não será permitido.

5. Levantamento de Mercado

Conforme Lei Federal 14133/2021, procedimento de pesquisa de mercado e levantamento de preços está contemplado no artigo 23 e menciona a necessidade de "levantamento de preços praticados no mercado", o que envolve a pesquisa de mercado para determinar os valores médios e as condições comerciais usualmente praticadas para os bens, serviços ou obras a serem contratados.

Essa etapa é fundamental para embasar a definição do valor estimado da contratação e para garantir que o processo licitatório seja transparente, competitivo e eficiente.

Artigo 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Em específico, o inciso IV do artigo 23 da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Não houve contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, para observar o índice de atualização de preços correspondente.

Foi realizada a pesquisa de "levantamento de preços praticados no mercado" através de 3 (três) orçamentos solicitados a empresas especializadas.

6. Descrição da solução como um todo

O AVCB é obrigatório por lei em todo o território nacional. As normas técnicas para a emissão do certificado são definidas pelo Corpo de Bombeiros de cada estado, seguindo as diretrizes nacionais estabelecidas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

O processo para obtenção do AVCB envolve a contratação de uma empresa especializada em segurança contra incêndio e pânico para elaborar o projeto técnico de segurança, que deverá seguir as normas técnicas exigidas pelo Corpo de Bombeiros.

Após a elaboração do projeto técnico e a instalação das medidas preventivas, a edificação deverá passar por uma vistoria do Corpo de Bombeiros. Na vistoria, os bombeiros irão verificar se todas as medidas previstas no projeto técnico foram implementadas e se estão funcionando corretamente.

Caso tudo esteja em conformidade, o Corpo de Bombeiros emitirá o AVCB, que deverá ser renovado periodicamente.

Contudo, as instalações dos sistemas atuais precisam de adequações para que estejam em conformidade com as normas e regulamentos em vigor.

Contratar o Laudo de Inspeção em Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio é uma medida indispensável para assegurar que a integridade dos sistemas e solução para a contratação de uma empresa qualificada para executar as correções necessárias. Após a conclusão dessas ações corretivas é que poderá proceder com o pedido de vistoria junto ao Corpo de Bombeiros, visando à renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço a ser contratado é peça única, a quantidade a ser contratada é 1 (um) documento: Laudo de Inspeção em Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 21.336,61

Foi realizada a pesquisa de "levantamento de preços praticados no mercado" através de 3 (três) orçamentos solicitados a empresas especializadas. O valor da média adquirida para utilizar como referência foi R\$ 21.336,61 (vinte e um mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos).

PESQUISA DE PREÇO	
Laudo de Inspeção de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio	
EMPRESA	VALOR
Spinello Tecnologia e Serviços	R\$ 33.480,00
Global Engenharia Contra Incêndio	R\$ 15.529,82
Construpat Soluções de Engenharia	R\$ 15.000,00
VALOR REFERÊNCIA = MÉDIA	R\$ 21.336,61

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento, o documento é único e deve ser produzido com celeridade para que se cumpra a renovação do AVCB.

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar trata-se de elaboração de contratação de Laudo Técnico de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio.

Há que se ressaltar que trata-se de serviço comum de engenharia categorizados como comuns e deve ser executado no prazo de 60 (sessenta) dias ou 2 (dois) meses.

Não se trata de obra e serviço complexo que necessite o parcelamento da solução, sendo que os serviços estão interligados entre cada fase, onde ao final de uma etapa a outra será iniciada na sequência.

Neste caso, o NÃO parcelamento ocasionará economia ao erário público, bem como poderá ser executado dentro do prazo estabelecido, quer sejam, 2 (dois) meses.

E novamente, consignamos que o serviço não apresenta complexidade específica que necessite o parcelamento e que a decisão pelo NÃO parcelamento visa o melhor interesse da Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A execução do Laudo Técnico de Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio ter-se-á alcançado o objetivo realizado com a Garantia Contratual.

Com o resultado desta do Laudo contratado, será necessário contratar uma empresa especializada em execução dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio para realizar a execução das adequações apontadas neste Laudo.

Após a conclusão da contratação da execução das adequações, com a Garantia Contratual, será solicitada a Vistoria do Corpo de Bombeiros para emitir o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) do edifício da Sede II da Secretaria da Administração Penitenciária.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Para garantir que essa contratação esteja alinhada com o planejamento, é essencial seguir um cronograma claro e detalhado. Primeiramente, é necessário realizar um levantamento minucioso das necessidades e requisitos técnicos para o Laudo de Inspeção, levando em consideração as normas vigentes e as especificações do edifício da Sede II da Secretaria da Administração Penitenciária.

Com base nesse levantamento, deve-se elaborar um Termo de Referência completo, detalhando todas as etapas do serviço, os critérios de seleção da empresa especializada, os prazos para execução, e os requisitos técnicos exigidos para a elaboração do laudo.

Após a elaboração do Termo de Referência, é necessário realizar uma pesquisa de mercado para identificar as empresas especializadas que possuem capacidade técnica e experiência necessárias para realizar o serviço. Essa pesquisa permitirá avaliar a disponibilidade de fornecedores e os preços praticados no mercado.

Com base nos resultados da pesquisa de mercado, pode-se proceder com a contratação direta da empresa escolhida, desde que atenda aos critérios estabelecidos no Termo de Referência. É importante garantir transparência e imparcialidade no processo de seleção, seguindo todas as diretrizes estabelecidas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Além disso, é fundamental designar um responsável técnico para acompanhar de perto a execução do contrato, assegurando que todas as atividades sejam realizadas conforme as especificações técnicas e dentro dos prazos estabelecidos.

Dessa forma, ao seguir um planejamento bem estruturado e alinhado com as diretrizes estabelecidas, será possível realizar a contratação do Laudo de Inspeção de forma eficiente e em conformidade com os objetivos e exigências da Secretaria da Administração Penitenciária.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do Laudo de Inspeção e a obtenção do AVCB trazem benefícios para o Estado e para a sociedade como um todo.

Ao garantir que a edificação esteja em conformidade com as normas técnicas e de segurança contra incêndio, reduz-se significativamente o risco de ocorrência de acidentes graves que poderiam resultar em perdas materiais e, principalmente, em perdas humanas.

Além da prevenção de tragédias, a obtenção do AVCB contribui para a preservação do patrimônio público, evitando danos estruturais e financeiros que poderiam ocorrer em caso de incêndio. A segurança proporcionada pelo AVCB também pode reduzir os custos com seguros e indenizações em caso de sinistros.

Outro aspecto importante é a economia gerada a longo prazo, uma vez que investir na prevenção de incêndios pode evitar gastos futuros com reparos emergenciais, reconstrução de estruturas danificadas e custos decorrentes de interrupções nas atividades. Além disso, ao cumprir com todas as exigências legais, o Estado evita possíveis penalidades e multas por descumprimento das normas de segurança.

Portanto, a contratação do Laudo de Inspeção e a obtenção do AVCB representam um investimento em segurança e prevenção que trazem benefícios tanto em termos financeiros quanto em termos de preservação de vidas e do patrimônio público.

A obtenção do AVCB que é fundamental para garantir a segurança contra incêndio e pânico na edificação, além de cumprir com as exigências legais. É importante seguir as normas técnicas estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros e contar com profissionais especializados na implementação das medidas preventivas.

13. Providências a serem Adotadas

Contratar o Laudo Técnico de Inspeção para garantir a execução das adequações e obter o AVCB.

A falta do AVCB pode acarretar em consequências graves para a edificação e seus ocupantes. Em caso de sinistro, os danos materiais e humanos poderão ser ainda maiores, além de implicar em responsabilização civil e criminal dos responsáveis pela edificação.

A falta do AVCB pode gerar consequências graves, tanto para a edificação quanto para os seus ocupantes, por isso é fundamental não apenas obter o certificado, mas também renová-lo periodicamente. Siga todas as exigências legais para garantir a segurança de todos e evitar prejuízos futuros.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Na execução do Laudo de Inspeção, assim como em qualquer atividade relacionada à construção civil e engenharia, é importante considerar e evitar uma série de impactos ambientais. Alguns dos principais impactos que devem ser evitados incluem:

1.

Contaminação do solo e da água: É fundamental evitar vazamentos de produtos químicos, combustíveis ou outros materiais que possam contaminar o solo e os corpos d'água próximos ao local da obra.

2.

Poluição do ar: A emissão de poluentes atmosféricos, como poeira, gases e fumaça, durante a realização da inspeção deve ser minimizada por meio do uso de tecnologias adequadas de controle de emissões e da adoção de práticas ambientalmente responsáveis.

3.

Impacto na fauna e flora: A execução do Laudo de Inspeção pode causar perturbações no ambiente natural, afetando a fauna e a flora locais. É importante adotar medidas para minimizar esses impactos, como evitar a destruição de habitats naturais e proteger áreas sensíveis durante as atividades de inspeção.

4.

Geração de resíduos: A geração de resíduos durante a execução do Laudo de Inspeção deve ser reduzida ao máximo por meio da adoção de práticas de redução, reutilização e reciclagem de materiais. Os resíduos gerados devem ser adequadamente segregados, armazenados e descartados de acordo com as normas ambientais vigentes.

5.

Consumo de recursos naturais: O consumo de recursos naturais, como água e energia, deve ser otimizado durante a execução do Laudo de Inspeção. Medidas para reduzir o consumo desses recursos, como o uso eficiente de equipamentos e a preferência por materiais sustentáveis, devem ser adotadas sempre que possível.

Em resumo, é essencial que a execução do Laudo de Inspeção seja realizada de forma a minimizar os impactos ambientais negativos, garantindo a preservação e a conservação do meio ambiente durante todas as etapas do processo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de um laudo de inspeção em sistema de prevenção e combate a incêndio se mostra essencial para garantir a segurança e conformidade do edifício com as normas e regulamentos vigentes. Através deste laudo, será possível identificar de

maneira precisa e detalhada os sistemas e componentes que necessitam de correções, atualizações ou complementações para garantir um ambiente seguro contra incêndios.

A execução das correções apontadas no laudo será conduzida por empresas especializadas e qualificadas, assegurando que os procedimentos sejam realizados de forma adequada e dentro dos padrões estabelecidos. Essas medidas corretivas não apenas visam atender às exigências legais, mas também têm o propósito fundamental de proteger vidas e patrimônios contra os riscos de incêndio.

Somente após a conclusão das correções necessárias é que será possível solicitar a vistoria do Corpo de Bombeiros para emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Este documento é indispensável para comprovar a conformidade do edifício com as normas de segurança contra incêndios e, conseqüentemente, garantir a habilitação para seu funcionamento.

Portanto, a contratação do laudo de inspeção em sistema de prevenção e combate a incêndio, seguida pela execução das correções apontadas, é um investimento necessário e justificável em prol da segurança e conformidade do edifício, além de ser um requisito indispensável para o funcionamento legal e seguro das instalações.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: O material elaborado foi atestado pela Engenheira Eleine Aparecida Cazarini Neme CREA-SP 0601256631.

ELEINE APARECIDA CAZARINI NEME

Engenheiro II



Assinou eletronicamente em 15/05/2024 às 09:19:13.

CAMILA GUIMARAES RODRIGUES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/05/2024 às 09:39:27.